



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000403590

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2077228-46.2025.8.26.0000, da Comarca de Várzea Paulista, em que é agravante MARCELO RODRIGUES, é agravado BANCO RCI BRASIL S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MONTE SERRAT (Presidente sem voto), MARIA LÚCIA PIZZOTTI E MARCOS GOZZO.

São Paulo, 28 de abril de 2025.

CARLOS RUSSO
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2077228-46.2025.8.26.0000

COMARCA DE VÁRZEA PAULISTA - 2ª VARA

AGRAVANTE: MARCELO RODRIGUES (réu)

AGRAVADO: BANCO RCI BRASIL S/A (autor)

**DECISÃO AGRAVADA: JUÍZA DE DIREITO FLÁVIA CRISTINA
CAMPOS LUDERS**

EMENTA:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Negócio fiduciário. Ação de busca e apreensão. Dec. Lei nº 911/69. Pleito para revogação de medida liminar. Recurso do réu. Parcial provimento, apenas para relevar despesa de preparo recursal.

VOTO Nº 53.763

RELATÓRIO

Agravo de instrumento, devedor, fiduciante, no polo passivo de ação de busca e apreensão (Dec. Lei nº 911/69), o agravante questiona medida de desapossamento sumário do bem clausulado, aludindo à imprópria integração de etapa de constituição em mora. Ainda, pugna pela gratuidade judiciária.

Recurso tempestivo, processado no duplo efeito (fl. 30).

Informações da instância da causa, a fls. 34/36.

Contraminuta, a fls. 38/52.

FUNDAMENTAÇÃO

Diligência de notificação de devedor, fiduciante, respeitando endereço do contrato (fls. 48/57 e 58/60, dos autos de origem), basta para aperfeiçoar a constituição em mora, não se exigindo confirmação de recepção pessoal e, assim, à consideração de boa-fé objetiva, ademais versando inadimplência de obrigação positiva e líquida, com termo certo de vencimento.

Erro material no número do contrato juntado aos autos, em relação àquele lançado em notificação extrajudicial, não compromete a higidez do ato premonitório, ali com informação expressa sobre os limites da dívida, de que irradiado o respectivo apontamento moratório.

Pedido de gratuidade judiciária, à míngua de melhor aporte de dados, o benefício fica deferido em caráter parcial, apenas para relevar despesa de preparo (artigo 98, §5º, do Código de Processo Civil). À busca de outorga mais ampla, o pleito é de ser levado ao juízo da causa, em incidente próprio.

DISPOSITIVO

Do exposto, pelo meu voto, **dou parcial provimento ao recurso, nos limites acima explicitados (ponto relativo à gratuidade judiciária, acolhida apenas para relevar despesa de preparo).**

CARLOS RUSSO
Relator